


**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Engenharia Elétrica	Departamento de Infraestrutura e suas unidades
Análise de negócio e processos	Áreas de informática
Administrador de Banco de Dados	Áreas de informática
Infraestrutura de TI	Áreas de informática
Suporte Técnico	Áreas de informática
Web Designer	Áreas de informática
Análise e Desenvolvimento	Áreas de informática
Projetos de TI	Áreas de informática
Enfermagem	Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor
Odontologia	Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor
Medicina	Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor
Medicina do Trabalho	Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor
Engenharia do Trabalho	Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor
Serviço Social	Divisão de Desenvolvimento de Pessoas ou Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor
Psicologia	Divisão de Desenvolvimento de Pessoas ou Divisão de Atendimento de Saúde ao Servidor
Finanças	Departamento de Orçamento e Finanças e suas unidades
Taquigrafia	Departamento Parlamentar e suas unidades
Bacharel em direito - Direito Administrativo e Público	Secretaria Geral de Administração e suas unidades, Secretaria Geral Parlamentar e suas unidades


**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**ANEXO III**

A que se refere o artigo 11 da Resolução nº , de de de  
Altera o SUBANEXO II do ANEXO IV da Resolução nº 776, de 14 de outubro de 1996

**SUBQUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO**

Denominação da Classe	Subquadro	Quantidade
(...)		
Gestor de Divisão	SQC-I	36
(...)		


**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE SÃO PAULO**

É o parecer.

Assembleia Legislativa, em 21/2/2024.

  
**ANDRÉ DO PRADO**  
Presidente

  
**TEONÍLIO BARBA**  
1º Secretário

  
**ROGÉRIO NOGUEIRA**  
2º Secretário

**DESPACHOS**
**DESPACHO DE COAUTORIA**

PL 1573/2023

Deferido o requerimento de coautoria do PL nº 1573/23. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/2/2024.

ANDRÉ DO PRADO - Presidente

**DESPACHO DE COAUTORIA**

PL 54/2024

Deferido o pedido de inclusão do Deputado Rafa Zimbaldi como coautor do PL nº 54/2024. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/2/2024.

ANDRÉ DO PRADO - Presidente

**Debates**
**6 DE FEVEREIRO DE 2024  
3ª SESSÃO ORDINÁRIA**

Presidência: THAINARA FARIA, VITÃO DO CACHORRÃO, CAPITÃO TELHADA e GILMACI SANTOS

**RESUMO**
**PEQUENO EXPEDIENTE**

1 - THAINARA FARIA Assume a Presidência e abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - EDUARDO SUPPLY Por inscrição, faz pronunciamento.

4 - VITÃO DO CACHORRÃO Assume a Presidência. Faz agradecimentos pelas mensagens recebidas em seu aniversário.

5 - THAINARA FARIA Por inscrição, faz pronunciamento.

6 - PROFESSORA BEBEL Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - THAINARA FARIA Assume a Presidência.

8 - VITÃO DO CACHORRÃO Por inscrição, faz pronunciamento.

9 - PRESIDENTE THAINARA FARIA Faz agradecimentos ao deputado Vitão do Cachorrão.

10 - PAULO MANSUR Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - CAPITÃO TELHADA Por inscrição, faz pronunciamento.

12 - DR. JORGE DO CARMO Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - CAPITÃO TELHADA Assume a Presidência.

14 - MARINA HELOU Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

15 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO Por inscrição, faz pronunciamento.

16 - BETH SAHÃO Por inscrição, faz pronunciamento.

17 - REIS Por inscrição, faz pronunciamento.

18 - EDUARDO SUPPLY Por inscrição, faz pronunciamento.

19 - CONTE LOPES Por inscrição, faz pronunciamento.

20 - CONTE LOPES Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.

21 - PRESIDENTE CAPITÃO TELHADA Defere o pedido e suspende a sessão às 15h57min.

ORDEM DO DIA

22 - GILMACI SANTOS Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h31min.

Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o requerimento de urgência ao PR 02/24.

23 - CARLOS CEZAR Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

24 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária do dia 07/02, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.

Assume a Presidência e abre a sessão a Sra. Thainara Faria.

Passa-se ao PEQUENO EXPEDIENTE

A SRA. PRESIDENTE - THAINARA FARIA - PT - Muito boa tarde, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a todos que nos acompanham pela Rede Alesp.

Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Vamos iniciar a lista de oradores nesta terça-feira. Deputado Luiz Claudio Marcolino. (Pausa.) Deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Deputado Carlos Cezar. (Pausa.) Deputado Paulo Fiorilo. (Pausa.) Deputado Reis. (Pausa.) Deputado Tomé Abduch. (Pausa.) Deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.) Deputado Rafael Sarai-va. (Pausa.) Deputado Rui Alves. (Pausa.) Nobre deputado Carlos Giannazi, tem o senhor o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Senhora deputada e senhora presidente, deputada Thainara Faria, Srs. Deputados, telespectador da TV Assembleia.

Venho à tribuna no dia de hoje, terça-feira, aqui na Assembleia Legislativa, para manifestar o meu total apoio à luta do Magistério municipal de Bauru, das professoras, dos professores, de todos os servidores da Educação de Bauru.

O Magistério entrou em greve, a partir do dia de hoje praticamente. Teve uma manifestação, uma assembleia. Porque, é incrível, a prefeita da cidade não está pagando o piso nacional do Magistério, mesmo com uma ordem judicial. Então ela comete dois crimes.

Um, por não cumprir a lei federal 11.738, de 2008, já confirmada pelo Supremo Tribunal Federal há muito tempo. Ela está descumprindo a lei. Mas, além disso, ela descumpra uma decisão judicial, que já julgou esse caso, em Bauru, obrigando a prefeitura a pagar corretamente o piso nacional do Magistério.

É um absurdo: uma cidade que tem recursos não paga o piso, mantendo o Magistério com salários arcaicos e defasados, mas a greve não é só por conta dessa reivindicação.

Tem outras reivindicações também importantes, como a questão da evolução funcional, que é um direito de todos os servidores da Educação, de todos os servidores da prefeitura. Tem várias: a questão da aposentadoria correta, enfim, que todos os profissionais da Educação, os diretores e os gestores também sejam enquadrados no piso, como determina a lei. A lei é muito clara.

Então, todo o nosso apoio a esse importante movimento, a essas professoras guerreiras que estão organizando esse movimento, dentro da lei, dentro da Constituição, porque a greve é um direito garantido pela Constituição Federal. Elas estão fazendo essa greve para que os seus direitos básicos sejam respeitados pela prefeitura.

É inconcebível que uma gestora, que uma prefeita de uma cidade como Bauru não respeite nem a Lei Federal nº 11.738 e muito menos uma ação judicial. Isso é improbidade administrativa. Medidas devem ser tomadas.

Vamos comunicar o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo sobre o que está acontecendo em Bauru, para que o Tribunal de Contas do Estado, quando avaliar, quando julgar as contas da prefeita de Bauru, leve em conta todas essas irregularidades e reprove as contas.

É um absurdo. A Lei do Piso é nacional; os municípios devem respeitá-la. Muitos respeitam. Temos vários municípios respeitando corretamente a Lei do Piso Nacional Salarial, inclusive municípios mais pobres, que não têm nem muitos recursos, mas o município que investe corretamente na Educação, que aplica os 25% ou os 30%, ou o que determina a Lei Orgânica Municipal, o município que recebe as verbas do Fundeb exatamente para pagar o piso nacional.

Então, eu não sei o que acontece na cidade de Bauru, cuja prefeitura não está pagando o piso e não está atendendo às reivindicações básicas de valorização, não só salarial, mas funcional e também das condições de trabalho.

Por fim, recebi também uma denúncia das nossas colegas professoras de que a prefeitura deu uma orientação, uma ordem para que as escolas coloquem, nos portões das escolas, os nomes das professoras que estão participando da greve, que estão exercendo o seu direito constitucional de manifestação e de greve. Então, essas professoras estão sendo assediadas, perseguidas. Esse é outro crime que a Prefeitura de Bauru está cometendo.

Então, todo o nosso apoio a vocês, professoras e professores, ao Magistério, a todos os servidores e servidoras da Prefeitura de Bauru, do Magistério municipal, nossas colegas e nossos colegas. A greve é um direito constitucional. Que a prefeita pague o piso e atenda todas as reivindicações do Magistério municipal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE - THAINARA FARIA - PT - Eu que agradeço, Sr. Deputado Carlos Giannazi.

Seguindo agora a lista de oradores desta terça-feira, gostaria de chamar o nobre deputado Altair Moraes. (Pausa.) Nobre deputado Eduardo Suplicy, o senhor tem o tempo regimental de cinco minutos.

O SR. EDUARDO SUPPLY - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sra. Presidente, deputada Thainara Faria, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu gostaria de pedir a atenção do senhor que cuida das imagens, para mostrar que, no dia 1º de janeiro, finalmente, eu pude ser recebido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para entregar a sugestão que formulei no sentido de que possa ser criado um grupo de trabalho para estudar os passos na direção...

É exibido o vídeo.

Então foi um dia, de fato, feliz, tendo em conta a Lei nº 14.161, de 2023, que extinguiu o Auxílio Brasil e restituiu o Bolsa Família, afirmando que este constitui etapa do processo gradual e progressivo da implementação da universalização da Renda Básica de Cidadania, na forma, estabelecido no parágrafo único do Art. 6º do Art. 1º da Lei nº 10.835, de 8 de janeiro de 2004.

E ao mesmo tempo, por essa decisão, o governo Lula obedece a decisão do Supremo Tribunal Federal de 26 de abril de 2021, de que deve cumprir esta referida lei. E isso foi no dia da posse do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que foi um dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal que justamente reconheceu a necessidade de o governo federal levar adiante este propósito.

Assume a Presidência o Sr. Vitão do Cachorrão.

Então, nesta sugestão... do grupo de trabalho composto de economistas, filósofos, sociólogos, assistentes sociais, cientistas sociais, políticos e humanistas, que mais contribuíram para o debate sobre as formas de elevar o grau de justiça na sociedade e de garantia de renda, com vistas à erradicação da fome e da pobreza, promoção de maior igualdade e realização da justiça social em nosso País.

Trata-se de uma sugestão onde eu, aqui, coloco nada menos do que 107 nomes de pessoas que representam os movimentos sociais, como Anderson Lopes Miranda, Darcy Costa e aqueles que representam a população em situação de rua; mais economistas como André Lara Resende, Antônio Corrêa de Lacerda, Bernardo Appy, Celia Lessa Kerstenetzky, Clóvis Zimmermann e Diego Zeidan, Edmar Lisboa Bacha, eu próprio. Também Francisco Horta, prefeito de Maricá, que realiza expediência nesse sentido e dezenas de outros.

Também pessoas como o Frei Beto, o padre Júlio Lancellotti, o nosso querido Leonardo Boff, e também Guilherme Mello, João Joaquim de Melo, João Savoia, José Marcos Camargo, Ladislau Dowbor e Lena Lavinias, Luiz Gonzaga de Mello Belluzzo, Luiza Erundina, Marcelo Lessa. Ainda: Maria Ozanira da Silva e Silva, Marcio Pochmann, Oded Grajew, Paola Carvalho, também Paulo Paim, Pedro Lopes, Leandro Ferreira, Randoife Rodrigues, Pérsio Arida, Ricardo Paes de Barros, Roberto Mangabeira Unger, Robson Mendonça, Samir Cury, Sidarta Ribeiro, Tatiana Roque, Teresa Canteiro, Washington Quaquá.

E ainda os membros da Basic Income Earth Network, como Claus Offe, Guy Standing, Karl Widerquist, Peter Knight, Philippe Van Parijs, Sarah Davala e Yannick Vanderborght, que são grandes conhecedores da proposta da Renda Básica de Cidadania.

Portanto, muito obrigado, presidente Lula e a toda bancada de deputados estaduais do PT que assinaram esse apelo para que ele pudesse me receber. Eu estou muito feliz e espero agora, em cooperação com o ministro Alexandre Padilha e todo o conselho, Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável, levar adiante essa proposta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - VITÃO DO CACHORRÃO - REPUBLICANOS - Seguindo a lista dos oradores no Pequeno Expediente, deputada Thainara Faria. Tem o tempo regimental, Thainara, por cinco minutos.

Thainara, antes da sua fala, eu quero agradecer aqui a todos os deputados, amigos, pessoal da Alesp que me deram os parabéns no último domingo, porque foi o dia do meu aniversário e eu recebi aqui de muitos deputados, inclusive a Thainara mandando os parabéns.

Quero agradecer pessoalmente a Thainara, também o Lucas Bove, meus colegas que mandaram as felicidades no dia do meu aniversário. Tem o tempo regimental, Thainara, de cinco minutos para fazer o uso da palavra.

A SRA. THAINARA FARIA - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - MUITÍSSIMO obrigada. Receba aqui, agora, os parabéns dos deputados presentes no plenário. Muito obrigada, Sr. Presidente deputado Vitão do Cachorrão. Em seu nome, saúdo todos os servidores, policiais, deputados estaduais aqui presentes, deputadas e a nossa galeria.

É uma alegria poder voltar a este plenário e dialogar com vocês após o nosso recesso. Essa é a primeira vez, hoje, dia seis de fevereiro, que eu tenho a oportunidade de conversar com vocês após o reinício dos trabalhos que se deu no dia primeiro, na última quinta-feira. Quero dizer a vocês que nos acompanham, que nos seguem, que nós não deixamos de trabalhar em